

SOCIEDADE

Mil milhões já vieram de Bruxelas para a ciência e o ensino superior

No Horizonte 2020, Portugal recebe, pela primeira vez, mais dinheiro do que aquele que coloca no orçamento comunitário. Comissário Carlos Moedas participa hoje em debate sobre o tema

Fundos europeus
Samuel Silva

Pela primeira vez desde que faz parte da União Europeia (UE) Portugal está a receber mais dinheiro para projectos de inovação e ciência do que aquele com que contribuiu para o orçamento comunitário. Nos primeiros três anos do programa Horizonte 2020, as instituições nacionais conseguiram 403 milhões de euros. O dinheiro europeu atraído desde 2014 por entidades ligadas ao ensino superior e à ciência atinge, contudo, os 1043 milhões de euros, se tivermos em conta as verbas recebidas ao abrigo dos concursos nacionais daquela que é uma outra fonte de fundos: o Portugal 2020. Neste caso, foram cerca de 640 milhões de euros nos últimos três anos, 40% dos quais tiveram como destino o pagamento de bolsas de estudo e de outros apoios a alunos.

Para já, centremos atenções no Horizonte 2020 – um bolo de 77 milhões de euros, para ser aplicado entre 2014 e 2020. Portugal contribui com uma fatia que vai de 1,3% a 1,5%. Até ao momento, segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o país entregou cerca de 300 milhões de euros a Bruxelas, ou seja, tem um saldo positivo de 100 milhões de euros.

As instituições nacionais têm, até ao momento, 887 projectos aprovados neste programa comunitário que tem ainda mais quatro anos de vida. Isto significa um crescimento de 33% face aos primeiros três anos do quadro comunitário equivalente anterior.

Face às dificuldades dos últimos anos, as universidades tiveram de se virar para fora, explica o vice-reitor da Universidade de Coimbra Amílcar Falcão. “Pensámos: não vale a pena preocupar-nos muito com Lisboa, vamos directamente a Bruxelas”, diz, a propósito da “falta de rumo” identificada na Fundação para a Ci-

ência e Tecnologia – agência pública que continua a ser o principal financiador dos projectos de investigação – nos últimos anos.

O resultado da aposta europeia é “curioso”, aponta Amílcar Falcão: os investigadores da Universidade de Coimbra têm hoje “maior percentagem de êxito” nos concursos europeus do que naqueles que são promovidos nacionalmente pela FCT.

A maior atenção aos fundos comunitários não foi alheia aos cortes no financiamento público ao ensino superior e da ciência. “Em parte, fazemo-lo por necessidade”, reconhece o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Nuno Mangas, lembrando, porém, que os politécnicos estão hoje mais preparados do que há quatro ou cinco anos para conseguirem ser competitivos em concursos internacionais. “Os limites internos podem ter ajudado a que alguns colegas olhem hoje para fora com maior atenção”, concorda o reitor da Universidade do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo.

Energia e TIC à cabeça

Portugal apresentou mais de 6500 candidaturas às várias linhas de financiamento do Horizonte 2020, o que representa 70% do total (9400) de projectos apresentados em todo o anterior programa-quadro (2007-2013). As instituições nacionais conseguem uma taxa de aprovação de 13,4%, superior à média europeia (12,6%). As áreas com mais projectos apoiados foram energia (40 milhões de euros), tecnologias da informação e da comunicação (37 milhões), nanotecnologias, materiais avançados, biotecnologias, fabrico e transformação (34 milhões).

Este sucesso reflecte a maior preparação das instituições para apresentarem candidaturas a projectos internacionais. Hoje, na generalidade das universidades e politécnicos há gabinetes próprios para o efeito.



Portugal apresentou mais de 6500 candidaturas ao Horizonte 2020. As instituições nacionais conseguem uma taxa de aprovação de 13,4%, superior à média europeia, de 12,6%

Na Universidade de Coimbra, por exemplo, foi criada uma equipa de consultoria constituída por investigadores que já tinham recebido financiamento de projectos comunitários nos anteriores programas. Foram estes a apoiar os colegas que se estrevavam neste tipo de candidaturas. No Porto, foi feito “um grande investimento na constituição de equipas especializadas”, conta Feyo de Azevedo. “Hoje temos gente com muita experiência neste tipo de dossiers.”

A evolução da participação de Portugal nos programas europeus de investigação vai estar hoje em discussão numa conferência promovida pela FCT e a Agência Nacional de Inovação, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, na qual participará, entre outros, o comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas.

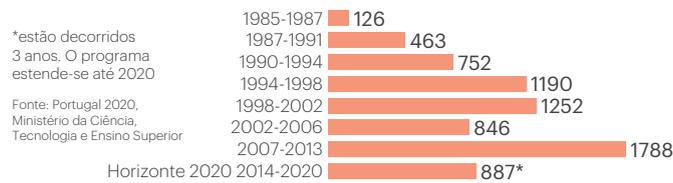
A generalidade dos 887 projectos Horizonte 2020 que envolvem instituições nacionais são consórcios que incluem centros de investigação, universidades e outras entidades de diferentes países europeus. Portugal coordena 258 dessas iniciativas, com destaque para 39 bolsas do Conselho Europeu de Investigação (ERC, na sigla em inglês) – apoios que permitem aos cientistas criar as suas equipas e concretizar os seus projectos, num valor total de 62 milhões de euros.

Jovens investigadores

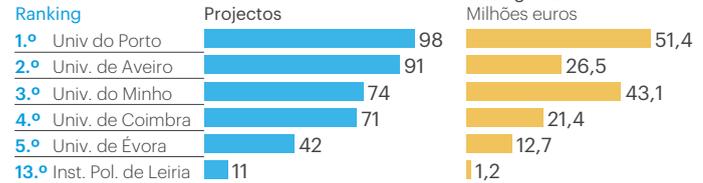
Apenas alguns exemplos de bolsas anunciadas em Setembro para Portugal: Miguel Cardina, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, para estudar as guerras de libertação das antigas colónias, ou Patrícia Gonçalves, da Universidade do Minho, para se dedicar

Muitas universidades já têm gabinetes próprios para preparar candidaturas internacionais

Programas-quadro de Investigação e Desenvolvimento
Número total de projectos financiados



Portugal 2020
Instituições com mais projectos aprovados



MARIA JOÃO GALA

PERGUNTAS E RESPOSTAS

O que é Horizonte 2020?

É o maior instrumento europeu de apoio à ciência, com 77 mil milhões de euros disponíveis entre 2014 e 2020. É a oitava vez que a UE abre esta linha de financiamento plurianual inaugurada no período 1984-1987. O orçamento global depende da contribuição de cada Estado. As candidaturas a financiamento são feitas directamente junto de Bruxelas, em competição com instituições de outros países.

Há uma fatia fixa a entregar a cada país?

Não, depende sempre da qualidade científica e tecnológica das propostas. Os países podem por isso ser beneficiários (se conseguirem atrair mais financiamento do que o dinheiro que colocam no bolo) ou contribuintes líquidos (caso contribuam com mais do que aquilo que recebem). Pela primeira vez, Portugal recebe mais do que o que paga.

Quem se candidata?

Até ao momento, foram captadas verbas por 47 instituições de ensino superior, 58 centros de investigação e 253 empresas.

E o Portugal 2020?

O Portugal 2020 é o nome do actual Quadro Comunitário de Apoio (2014-2020), que atribuiu 25 mil milhões de euros ao país até 2020 (para as mais diversas áreas, da educação à promoção do emprego, passando pela modernização da administração pública). Esta verba pode ser destinada às áreas consideradas prioritárias, tendo sido dada ênfase à chamada "Estratégia de Especialização Inteligente", concebida em parceria com as instituições de ensino superior. Aos programas nacionais como este juntam-se ainda os programas regionais, liderados por cada uma das comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Fundos comunitários pagam bolsas, cursos e até bicicletas

Bolsas de doutoramento, apoios a estudantes carenciados, museus e até bicicletas. O dinheiro europeu serviu para um pouco de tudo no ensino superior ao longo dos últimos três anos. No total, o país foi buscar mais de 640 milhões de euros aos vários programas de fundos comunitários do Portugal 2020, dos quais 348 milhões estão a pagar sectores em despesas correntes do sector e projectos que não estão directamente relacionados com o ensino ou a ciência.

Desde 2014, dois organismos do Estado receberam a maior parte destes 348 milhões de euros. A Direcção-Geral do Ensino Superior dispôs de 266 milhões de euros comunitários (41,5%) para pagar as bolsas de estudo aos alunos carenciados e outros apoios aos estudantes, nomeadamente no âmbito do programa Retomar, destinado a apoiar o regresso ao ensino superior de alunos que tinham abandonado os estudos, ou do Mais Superior, concedido a estudantes que se inscrevessem em universidades ou politécnicos do interior do país (os dois programas foram, entretanto, fundidos pelo actual Governo).

Também a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) recorreu a dinheiro europeu para pagar as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. Nos últimos três anos, 61,5 milhões de euros do Portugal 2020 financiaram os investigadores que estão a fazer formação avançada. A esta verba junta-se ainda 11,7 milhões de euros conseguidos directamente por instituições de ensino superior como a Universidade do Porto ou a Universidade do Minho para financiar os seus programas doutorais.

Acrescem ainda ao bolo 8,6 milhões de euros arrecadados por 16 instituições de ensino superior, entre as quais estão cinco privadas, para financiar os cursos técnicos superiores profissionais, a oferta formativa profissionalizante, com a duração de dois anos, lançada pelo anterior Governo e que é ministrada em exclusivo por instituições politécnicas, ou seja, 348 milhões de euros de fundos comunitários – que representam 54% do total – estão a ser usados para despesas correntes.

O dinheiro europeu apoiou ainda projectos como o do Museu de História Natural e Ciência da Universidade do Porto (1,8 milhões de euros), inaugurado no ano passado, ou a criação de uma rede de bicicletas partilhadas para os alunos de oito instituições de ensino superior. A candidatura, feita em parceria com o Instituto da Mobilidade e Transportes, conseguiu 2,8 milhões de euros.

Ao todo 70 instituições, incluindo os serviços de Acção Social do Minho e de Coimbra, a Associação Académica da Universidade do Minho, receberam apoio do Portugal 2020 para os seus projectos. Nesta contabilidade inclui-se também o Laboratório Ibérico de Nanotecnologia, sediado em Braga. Apesar de não estar ligado a nenhuma instituição de ensino superior, o centro de investigação criado pelos Governos de Portugal e Espanha em 2009 conseguiu 2,3 milhões de euros. **S.S.**

aos sistemas estocásticos na área da matemática.

Portugal lidera também 71 acções da linha de financiamento Marie Curie, destinada a jovens investigadores. Ao todo foram atribuídos 40 milhões.

O Horizonte 2020 não é, porém, a única oportunidade para as instituições de ensino superior e ciência conseguirem financiamento no actual quadro comunitário de apoio. Universidades, politécnicos, centros de investigação e organismos públicos do sector estão também a concorrer a fundos dos vários programas do Portugal 2020. Até Novembro de 2016, data do último balanço publicado pela gestão do programa, tinham sido atribuídos ao sector mais 640 milhões de euros.

Esta verba serviu para financiar diferentes programas e até despesas correntes (ver texto ao lado). Para

projectos de investigação e de infra-estruturas científicas foram canalizados 287 milhões de euros. Cinco universidades (Porto, Aveiro, Minho, Coimbra e Évora) garantiram cerca de metade deste valor.

A Universidade do Porto conseguiu 51,4 milhões de euros para 98 projectos. A estes juntam-se ainda mais de 90 milhões de euros destinados a centros de investigação ligados à universidade como o INESC Tec (11,7 milhões para 20 projectos) ou o Ipatimup, que conseguiu mais de 10 milhões de euros para 11 projectos. Em Coimbra aconteceu algo semelhante. Aos 21,4 milhões obtidos directamente pela universidade juntam-se as verbas para projectos de centros como o de Neurociências e Biologia Celular ou o Centro de Estudos Sociais.

samuel.silva@publico.pt



Parte das verbas comunitárias vai para despesas correntes